



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Monaiane Silva Sá

Do Pé de Seriguela no Carrasco Ibiapabano à UFRPE:
Memórias e Caminhos de uma Agricultora Agroecóloga

Tianguá/Ceará
2026

Monaiane Silva Sá

Do Pé de Seriguela no Carrasco Ibiapabano à UFRPE:
Memórias e Caminhos de uma Agricultora Agroecóloga

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Agroecologia

Orientadora: Profa, Dra Ana Paula Neves

Tianguá/Ceará

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S111p Sá, Monaiane Silva.
Do pé de Seriguela no carrasco Ibiapabano à UFRPE: memórias e caminhos de uma agricultora agroécóloga / Monaiane Silva Sá. – Recife, 2026.
47 f.; il.

Orientador(a): Ana Paula Neves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Agroecologia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Agricultura familiar. 2. Segurança alimentar. 3. Território. I. Neves, Ana Paula, orient. II. Título

CDD 630.2745

Monaiane Silva Sá

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 11 de fevereiro de 2026.

Ana Cláudia de Lima Silva
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Profa Ana Paula Neves, Dra.
Orientador(a)

Profa. Ana Cláudia de Lima Silva, Dra.
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Francisco Antônio de Sousa
Analista Ambiental da Associação Caatinga e
Sítio Agroecológico Recanto do Beija-Flor

Prof. Luis Claudio Monteiro de Mattos, Dr.
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico às minhas avós, Maria Jovem (*in memoriam*) e Veínha, e avôs, Chico Jovem e Chico Louro, com quem aprendo a ser gente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pelo caminho vivido.

Agradeço ao Pitisca, Dedete, Mônica, Jonas, Anderson, Jhonata, Marcelo, Fatinha, Maria Miriana, Marcílio, Thamires e Murilo Emanuel e ao meu querido companheiro Jorge, com quem compartilho a mais profunda, bonita e transformadora experiência de viver em família.

Agradeço à vó Veíinha, ao vô Chico Louro e ao vô Chico Jovem pelo apoio, incentivo e pela bênção proferida a cada vinda para a universidade.

Agradeço às primeiras moradoras e moradores da comunidade Sítio São João que se dedicaram a lutar pela construção de um território digno e fraterno e aos que seguem lutando.

Às professoras e professores do bacharelado em Agroecologia, obrigada pelos ensinamentos, pela escuta e amizade. Vocês impulsionaram o voo desta passarinha. Às técnicas e técnicos, servidoras e servidores e terceirizados de que me aproximei e compartilhei risadas, gentilezas e fuxicos saudáveis, obrigada!

À UFRPE, agradeço pelo acolhimento e pelas políticas de auxílio estudantil que foram fundamentais para minha permanência na universidade.

Aos meus colegas de turma, muito obrigada! Aos amigos e amigas, agradeço imensamente pelas alegrias partilhadas e pelo acolhimento nos momentos difíceis. Sigamos, com coragem e paciência!

“Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.”

Paulo Freire (1996)

RESUMO

Apresento minha trajetória formativa no Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, articulando meus aprendizados acadêmicos com minha história de vida como agricultora familiar. Utilizo como base metodológica a análise de relatórios e aulas, a revisão bibliográfica e a realização de uma roda de conversa com os moradores pioneiros do Sítio São João. Exploro a construção da minha identidade e a complexidade do território do carrasco, discutindo os desafios e a resistência da comunidade frente ao modelo de desenvolvimento convencional. Apresento a proposta pedagógica do curso, fundamentada no regime de alternância, que integra a vivência universitária ao cotidiano produtivo e social do campo em um processo contínuo de ação, reflexão e ação. Aprofundo as discussões sobre extensão rural dialógica e segurança e soberania alimentar e sistemas agroalimentares, contrapondo o modelo de difusão tecnológica à valorização dos saberes tradicionais e da agrobiodiversidade local. Demonstro como a diversidade produtiva nos quintais familiares assegura a resiliência do sistema e a autonomia de quem produz. Reafirmo meu compromisso ético e político com a agroecologia ao concluir este processo de formação, buscando aplicar os conhecimentos adquiridos para fortalecer a sustentabilidade no meu território de origem.

Palavras-chave: agricultura familiar; segurança alimentar; território.

RESUMEN

Presento mi trayectoria formativa en el Grado en Agroecología de la Universidad Federal Rural de Pernambuco, articulando mis aprendizajes académicos con mi historia de vida como agricultora familiar. Utilizo como base metodológica el análisis de informes y clases, la revisión bibliográfica y la realización de un círculo de conversación con los habitantes pioneros del Sítio São João. Exploro la construcción de mi identidad y la complejidad del territorio del carrasco, discutiendo los desafíos y la resistencia de la comunidad frente al modelo de desarrollo convencional. Presento la propuesta pedagógica de la carrera, fundamentada en el régimen de alternancia, que integra la vivencia universitaria con el cotidiano productivo y social del campo en un proceso continuo de acción, reflexión y acción. Profundizo las discusiones sobre extensión rural dialógica y seguridad y soberanía alimentaria y sistemas agroalimentarios, contraponiendo el modelo de difusión tecnológica a la valorización de los saberes tradicionales y de la agrobiodiversidad local. Demuestro cómo la diversidad productiva en los patios familiares asegura la resiliencia del sistema y la autonomía de quien produce. Reafirmo mi compromiso ético y político con la agroecología al concluir este proceso de formación, buscando aplicar los conocimientos adquiridos para fortalecer la sostenibilidad en mi territorio de origen.

Palabras clave: agricultura familiar; seguridad alimentaria; território.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Moradora puxando água do poço manual da comunidade	16
Figura 2 – Atividades no Sistema Agroflorestal de Veíinha e Chico Louro ...	19
Figura 3 – Monaiane e o pé de seriguela.....	20
Figura 4 – Mapa fitoecológico do estado do Ceará.....	24
Figura 5 - Temas estudados por semestre no Bacharelado em Agroecologia	30
Figura 6 - Mapa do território da Ibiapaba	31
Figura 7 - Mapas do passado e do presente do etnoagroecossistema familiar	32
Figura 8 - Atividades no agroecossistema de Monaiane.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALF	Agente Local de Formação
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BEXT	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCUBACOOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MEB	Movimento de Educação de Base
NAC	Núcleo de Agroecologia e Campesinato
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PET	Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes – Políticas Públicas
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
Pro-SEMEIA	Programa de Formação em ATER para Assentamentos da Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030
RVTE	Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural
SAF	Sistema Agroflorestal
SENASEC	Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
VRC	Vivência Realidade Campo
VU	Vivência Universidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DESENVOLVIMENTO.....	15
2.1	MEU TERRITÓRIO DE VIDA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO	15
2.2	O PÉ DE SERIGUELA, O SISTEMA AGROFLORESTAL E A AGROECOLOGIA.....	18
2.3	CARRASCO: EPAÇO VIVIDO, TERRITÓRIO DE COEXISTÊNCIA.....	21
2.4	BACHARELADO EM AGROECOLOGIA: CONHECER E TRANSFORMAR OS ETNOAGROECOSSISTEMAS	25
2.5	DO PÉ DE SERIGUELA PARA A UFRPE - MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA.....	27
2.6	TEMÁTICAS ESTUDADAS, CAMINHO DE APRENDIZADOS	30
2.7	COLHEITA DOS TEMAS APROFUNDADOS	34
2.7.1	Extensão Rural	34
2.7.1.1	Problematização e conceitos fundamentais e perspectiva histórica.....	34
2.7.1.2	O Novo Marco Legal: PNATER e PRONATER.....	35
2.7.1.3	Pro-SEMEIA: uma práxis dialógica	36
2.7.2	Soberania e Segurança Alimentar e Sistemas Agroalimentares	37
2.7.2.1	Contexto Histórico	38
2.7.2.2	Diversidade Produtiva e Saúde dos Corpos	39
2.7.2.3	Autonomia, Território e Circuitos Curtos de Comercialização	39
2.7.2.4	O Ato de Comer como Práxis de Emancipação	40
3	CONCLUSÃO - DA UFRPE PARA O PÉ DE SERIGUELA: PARTIR, VOLTAR E REPARTIR	40

1 INTRODUÇÃO

Aqui neste memorial, trago os aprendizados do processo educativo vivido durante minha trajetória no Bacharelado em Agroecologia, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), de 2021 a 2025. Caminho que não fiz sozinha, muitas pessoas caminharam comigo até o cruzamento desta linha, que, mais que de chegada, é de impulso para tantas outras idas.

Sou Monaiane Silva Sá, agricultora familiar, nascida e criada no Sítio São João, a 14 km do município de Tianguá, Carrasco da Serra da Ibiapaba, interior do interior do Ceará no nordeste brasileiro. Filha de Francisca Maria da Silva (Dedete) e Raimundo Nonato Fernandes Sá (Pitisca), neta de Maria Jovem (*In memoriam*) e Chico Jovem, de Dona Veíinha e Chico Louro. Irmã de Mônica, Marcelo e Marcílio. Tia de Anderson, Jhonata, Murilo Emanuel e Maria Miriana. Cunhada de Jonas, Fatinha e Thamires. Companheira de Jorge.

Me questionei durante o curso se sou camponesa. De onde venho, a palavra “camponês” não faz parte do vocabulário das agricultoras e agricultores. Percebi que nosso modo de organização, de produção tradicional, de engajamento social e político nos faz “camponeses”. Esta afirmação faço como uma resposta aos meus questionamentos interiores, ciente de que, na vida prática, ela pouco impacta minha família, que se assume orgulhosamente como “Agricultores Familiares¹”. Para nós, ser agricultor familiar significa ter compromisso e valorizar a terra, se engajar nas lutas sociais e adotar um sistema produtivo caracterizado pelo cultivo diversificado de espécies vegetais e animais, atuando a partir da nossa própria força de trabalho e tendo a família como gestora do etnoagroecossistema. A Lei Nº 11.326 de 2006 estabelece critérios que definem a Agricultura Familiar por sua estrutura social e econômica: a propriedade não pode exceder quatro módulos fiscais ²(em Tianguá/CE equivale a 45 hectares), a gestão do estabelecimento e a mão de obra utilizada devem ser predominantemente familiares, e a maior parte da renda da família precisa ser gerada pelas atividades agrícolas (Brasil, 2006).

¹ Termo que ganhou força no Brasil a partir dos anos 1990, quando foi adotado oficialmente pelo Estado para fundamentar políticas públicas de apoio ao setor (WANDERLEY, 2014).

² O módulo fiscal é um dos Índices Básicos Cadastrais utilizados pelo Incra para fixar por município parâmetros de caracterização e classificação do imóvel rural de acordo com a sua dimensão e disposição regional, em Tianguá/CE equivale a 45 hectares.

Sou fruto do ensino público, nos anos iniciais estudei em salas multisseriadas³ na Escola de Ensino Infantil e Fundamental São João. No Fundamental e Médio me engajei no grêmio estudantil, participei de projetos ambientais e fui representante de sala algumas vezes. Aos 23 anos fiz o curso Técnico em Agricultura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Campus Tianguá e aos 32, caminho para a conclusão da minha primeira formação de nível superior.

Na juventude, fui atendida por projetos da Rede Cáritas, um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica, que atua como uma organização de solidariedade e assistência social, promovendo ações de desenvolvimento sustentável e defesa dos direitos humanos. Me tornei voluntária, atuando na comunicação e em projetos direcionados à juventude. Em 2015 fui contratada, atuei em minha comunidade e em tantas outras do estado. Permaneci na instituição até 2024 percorrendo desde o carrasco à serra, sertão e litoral, além de outros estados do país. A vivência profissional na Cáritas contribuiu com meu desenvolvimento humano e profissional, me dando condições de aprofundar o conhecimento teórico e prático a partir da atuação como educadora e comunicadora popular e extensionista.

Apresento aqui minha trajetória antes e durante o Bacharelado em Agroecologia e minhas aspirações futuras após trilhar esse caminho de formação e transformação. Abordo aspectos do território e de minha história familiar e comunitária. Apresento as temáticas estudadas, com destaque a alguns temas, além de um panorama de como se dá o funcionamento pedagógico do curso.

Trago como temas de aprofundamento a Extensão Rural Agroecológica onde reflito sobre a Reforma Agrária, correlacionando com a prática exitosa do Programa de Formação em ATER para Assentamentos da Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 (Pro-SEMEIA), referenciando teoricamente com os autores estudados dentro e fora do curso. O segundo tema é Soberania e Segurança Alimentar, um direito social fundamental que também relaciono com minha experiência familiar e comunitária, além de refletir e referenciar sobre a produção de alimentos como fator holístico que impulsiona o etnoagroecossistema e sustenta a vida humana e a biodiversidade.

³ Turmas ou classes escolares com alunos de diferentes séries, idades e níveis de aprendizado agrupados na mesma sala de aula e ensinados pela mesma professora ou professor. LDB, artigo 24.

A metodologia usada foi a leitura dos relatórios, revisão de aulas gravadas do 1º período e revisão bibliográfica dos textos estudados ao longo do curso. Realizei, ainda, uma roda de conversa com os primeiros moradores do Sítio São João, no início deste semestre letivo, sobre suas compreensões do Carrasco enquanto território de vida, bem como diálogos esclarecedores, provocativos e sensíveis com minha orientadora. Todas as atividades que envolveram a participação de outras pessoas foram conduzidas em conformidade com as diretrizes éticas para pesquisas envolvendo seres humanos, por meio do uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Autorização para Uso de Imagem e Voz, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013), cujos documentos constam nos apêndices. Para a utilização das imagens, foi solicitada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz por todos os participantes, os documentos devidamente assinados estão em posse da autora deste memorial.

Te convido para imergir comigo nestas palavras que apresentam minhas experiências, análises e reflexões de uma caminhada que continua. Boa leitura!

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MEU TERRITÓRIO DE VIDA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

O Sítio São João nasceu em 1982 para ser um Projeto de Assentamento Federal a partir da desapropriação de uma área de 777 hectares pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), recebendo 21 famílias. Em 1984 minha família paterna e materna passou a fazer parte da nova comunidade. Três famílias se mudaram para o assentamento ainda em 1982, sem casa construída, se estabeleciam em barracos, outras, como minha família materna, iam semanalmente para trabalhar no roçado, fazendo moradia temporária embaixo de moitas de jiquiri (*Piptadenia viridiflora*), um arbusto espinhoso da caatinga.

Com a falta de políticas públicas e projetos de aporte à produção agrícola atrelada aos invernos irregulares e secas prolongadas, muitas famílias venderam indevidamente seus lotes. As que insistiram em permanecer viveram por 17 anos sem energia elétrica e 18 anos sem água encanada, buscando água em regiões próximas ou em dois poços manuais instalados na comunidade (Figura 1) e constantemente sem funcionamento.

Figura 1 – Moradora puxando água do poço manual da comunidade



Fonte: Conceição Fernandes. Sítio São João, Tianguá/CE (1998).

Durante esse tempo, o amparo veio com as ajudas emergenciais da Igreja Católica, por meio da Pastoral Social, uma ação eclesial que busca promover a justiça social e a dignidade humana. Entre as ações destaco o apoio por meio do acesso a um fundo rotativo para a criação de uma pequena agroindústria de beneficiamento do caju na comunidade, intitulado de Projeto Flor do Caju, em 2001. O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, a partir de 2004, a assistência técnica para fortalecimento de quintais produtivos em meados de 2009, e a implantação de sistemas de reúso de águas cinzas, por volta de 2019.

Meus familiares maternos e paternos participaram da fundação da Associação Comunitária de São João, em 1989, atuaram no Movimento Sindical Rural e no Movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Destaco a atuação de minha mãe, que compôs a diretoria da associação comunitária, foi professora de alfabetização pelo Movimento de Educação de Base (MEB), catequista, integrante do

Grupo de Mulheres e do Grupo Flor do Caju, dirigente sindical de base e sócia fundadora da Bodega do Povo, um espaço de comercialização e fortalecimento da Agricultura Familiar, Agroecologia e Economia Popular Solidária. Foi ainda construtora de cisternas, fazendo parte da primeira turma de cisterneiras formadas no estado do Ceará. A primeira mulher feminista que conheci e com quem também aprendi a ser. Para garantir sua participação nas atividades, levava os filhos crianças dentro de um carrinho de mão, assim foi nos dando o exemplo e ensinando a importância de fazer parte ativamente da vida comunitária como sujeitos comprometidos.

Recordo um episódio que considero marcante em nossa história, e para mim particularmente, um divisor de água na forma como eu enxergo e reflito sobre o meu lugar de origem, São João foi denominado como “o assentamento que não deu certo”. A frase foi dita na ocasião de uma reunião do Fórum de Assentados e Assentadas da Reforma Agrária da Serra da Ibiapaba, em 2022, no auditório do IFCE - Campus Tianguá. Para contextualizar, o fórum debatia a titularização de terras em assentamentos, uma proposta controversa do (des)governo da época que sugeria acelerar a regularização fundiária com entregas de títulos provisórios, permitindo a venda das terras dos assentamentos.

O assentamento São João foi dado como o exemplo negativo, pois nele, a venda dos lotes aconteceu desenfreadamente, resultando em consequências danosas como a desconfiguração da paisagem, enfraquecimento da organização comunitária, inchaço populacional desordenado, avanço exorbitante do uso de agrotóxicos nas áreas de monocultura, especulação imobiliária e abertura de loteamentos e, mais recente, a presença crescente do crime organizado e aliciamento de adolescentes e jovens para o tráfico. Um cenário demasiadamente ameaçador não desejado pelas demais localidades que ainda possuíam algum tipo de controle de seus espaços de vida.

Ouvir essa frase me causou dor e fez pensar sobre como se constituiu esse lugar enquanto projeto de reforma agrária. O rito foi seguido, a terra foi desapropriada, o assentamento anunciado, os novos assentados inscritos ocuparam os lotes que lhes cabiam e as casas foram construídas. No entanto, distribuir terra não é, objetivamente, fazer reforma agrária. É fundamental oferecer condições básicas como água para beber e produzir, assistência técnica e acesso à crédito para investir na terra, infraestrutura, saúde e educação e outros tantos. Afinal, *“para haver reforma agrária é necessário dar condições para viver na terra”* afirmou Chico Louro (2023).

A ideia do lugar que não deu certo trata de um ponto específico do que poderia ter sido uma experiência exitosa de reforma agrária, mas desconsidera a grandeza da história das muitas pessoas comprometidas e entendedoras do imensurável valor da terra, e que lutaram para fazer a COMUNIDADE dar certo. Para mim, uma das maiores riquezas do nosso lugar é o povo que lutou e luta diariamente para construir uma vida digna. Hoje nós temos uma escola construída pelos moradores, sistema de abastecimento hídrico gerido pela associação comunitária, movimento religioso com pés fincados na vida social e nas necessidades da população, uma feira da agricultura familiar que ocorre mensalmente há quatro anos dentro da comunidade, com participação frequente em feiras municipais e estaduais, realização constante de mutirões, 9 pessoas com formação técnica em agricultura ou agropecuária atuando em diferentes organizações públicas e privadas, sendo 7 pertencentes à família Jovem, além de uma agricultora agroecológica e experimentadora referência no estado e outras tantas agricultoras e agricultores com experiências de transição agroecológica em andamento, e muito mais.

2.2 O PÉ DE SERIGUELA, O SISTEMA AGROFLORESTAL E A AGROECOLOGIA

Com o apoio da Pastoral Social da Diocese de Tianguá, Dona Veínha e Chico Louro iniciaram, em 2001, uma importante experiência de manejo sustentável, combinando culturas nativas e preservação da fauna e flora através de um Sistema Agroflorestal (SAF), (Figura 2). Tinham em aproximadamente 1,5 ha, espécies como sabiá, marmeleiro branco, feijão-de-porco, camunzé, burra leiteira, açoita cavalo, sipaúba, violete, aroeira, guabiraba, pau d'arco, juazeiro, amargoso, jurema preta, besouro, rabuja, jequi, feijão bravo, paraíba, tamboril, cipó de tatu, canelinha, João mole, mandioca, mucunã, goiaba, caju, seriguela, graviola, azeitona, amendoim, fava, girassol, batata, gergelim e outras tantas. Atualmente não há manejo no SAF, mas as árvores e a história permanecem vivas.

A primeira vez que minha avó viu um SAF foi em Nova Olinda, Cariri Cearense, em 2001. Ao ver aquele modelo de produção baseado na natureza, entendeu que já fazia agrofloresta mesmo sem saber, *“O Chico já plantava sem usar fogo, já amontoava as folhas nas plantas e era tudo orgânico”* (Veínha, 2024). Chico Louro (2024), complementa, *“A coisa mais fácil que tem é o camarada matar a terra,*

o problema é fazer ela viver. E ela vai produzir como se não tiver vitamina assim como o nosso corpo? Meu pai dizia que a terra limpa é boa de trabalhar, mas é ruim de produzir”.

Figura 2 – Atividades no Sistema Agroflorestal de Veínha e Chico Louro



Fonte: Arquivo Pastoral Social. Sítio São João, Tianguá/CE (2005)

Com sua boa memória, Veínha conta que em bom inverno colheu dentro do sistema 200 litros de milho, 100 litros de feijão, 250 litros de fava, 450 quilos de abóbora, 20 quilos de batata doce, 20 litros de feijão guandu, 30 litros de amendoim, seis litros de sementes de girassol, 30 litros de mamona e 300 litros de castanha de caju. Nesse período a mão de obra era feita pelo casal e dois filhos jovens, contando com a ajuda pontual de outros membros da família, sobretudo nas atividades de plantio e colheita.

A experiência exitosa do sistema de plantio e manejo sucessional se tornou referência no Ceará, atraindo a visita de diversas caravanas de estudantes, pesquisadores, intercambistas, agricultores e agricultoras de localidades vizinhas ou de outras partes do estado ou países. Muitos foram os intercâmbios, dias de campo, palestras e encontros realizados no sistema. O movimento despertou em mim a curiosidade e o desejo de participar daquela novidade. Minha mãe e irmã ocupavam a cozinha no preparo dos alimentos para os visitantes, minha função era auxiliá-las, no entanto, o que acontecia do lado de fora me chamava mais forte, e eu atendia. Tímida, sentava no tronco do pé de seriguela enquanto a reunião acontecia ao redor do pé de azeitona ao lado (Figura 3). Ouvia tudo e os seguia nas visitas ao campo.

Foi nesse movimento que chegou aos meus ouvidos a palavra “AGROECOLOGIA”, a compreensão do que ela significava segue maturando a cada novo aprendizado.

Figura 3 – Monaiane e o pé de seriguela



Fonte: Autora. Sítio São João, Tianguá/CE (2026).

Tenho como marco na minha história com a agroecologia o ano de 2005, quando aos 12 anos acompanhei dona Veíinha no Encontro de Intercâmbio de Experiências Agroflorestais, realizado pela Cáritas Brasileira Regional Ceará em Tianguá, com agricultoras e agricultores experimentadores de todo o estado. Vendo meu interesse de estar naquele meio, Veíinha resolveu me levar para fazer anotações sobre o encontro, pois considerava ter pouca escrita. Fui elevada a escritã de minha avó. Recordo o exato momento em que recebi das mãos de um dos organizadores a bolsa de algodão cru cheia de materiais didáticos. Um momento mágico que vivi como um ritual de entrada naquele movimento de gente grande. Foi no dia 30 de julho de 2005, de lá até o presente dia, sigo acreditando e buscando na agroecologia um modo de vida e de sociedade.

Minha raiz está fincada no sistema agroflorestal de Veíinha e Chico Louro. Também está no roçado de Chico Jovem e Maria Jovem (*in memoriam*), nos roçados comunitários das mulheres, dos homens e das juventudes do São João que não mais existem, mas que foram basilares na construção histórica daquele lugar. Está ainda no quintal produtivo de minha família, cultivado sobretudo por Dedete, nele trabalhamos por frutuosos anos até nos desmembrarmos para outros rumos. Ali tínhamos diversidade de vida e de alimentos para comer e vender, a água na cisterna calçadão era a garantia da produção. Hoje, nos reunimos novamente num movimento

de transição para fazer seu redesenho, buscando descentralizar o trabalho em um processo de participação e colaboração, entendendo o lugar que cada pessoa ocupa no sistema, buscando ouvir os sonhos particulares a fim de materializá-los num sonho coletivo.

2.3 CARRASCO: EPAÇO VIVIDO, TERRITÓRIO DE COEXISTÊNCIA

O carrasco é meu lugar de vida e de pertencimento, território onde a vida pulsa e as relações sociais acontecem. O Bacharelado em Agroecologia oportunizou que eu voltasse o olhar com mais profundidade para esse território rico e diverso. Para o desenvolvimento deste memorial, considereei indispensável reunir alguns dos primeiros moradores da comunidade para ouvir suas percepções e sentimentos sobre o carrasco. A roda de conversa aconteceu em setembro de 2025, na sombra do pé de azeitona, quintal de dona Veíinha e Chico Louro. Em uma conversa guiada e transcrita por mim, com auxílio de Jorge Salvino, meu companheiro, ouvimos as informações a seguir, as quais serão identificadas com a letra P de Pioneiros adicionada das iniciais de seus sobrenomes.

“A palavra Carrasco é uma palavra forte, quem botou esse nome ninguém sabe, já crescemos ouvindo. É o semiárido da serra, uma terra arisca. O carrasco é visto como o lugar mais ruim que tem no Brasil, antigamente era ruim mesmo, até porque a gente não sabia trabalhar. O carrasco não dava manga, não dava bananeira, não dava coisa nenhuma. Dava um milho, um feijão, um legume, mas era tudo à força. Nós recebemos a herança de nossos pais, avôs e bisavôs, que era de queimar a terra, o cisco que ficava o vento levava, assim não tinha como produzir. Plantava um monte de coisa que se tornava bem pouquinho. Naquela época não existia benefício (auxílio), então o que a gente colhia levava pra feira pra vender e trazer outras coisas. Com pouco tempo a gente já estava mendigando de novo precisando ter o que trazer pra casa. Depois que a gente começou aprender a trabalhar as coisas começaram a melhorar, começamos a produzir mais, ter mais renda, fomos acordando e paramos de matar a terra, fazendo com que ela fosse envivecendo. Nós precisamos de vitamina pro nosso corpo, a terra precisa de vitamina pra ela poder dar de comer a nós. Por isso nós a chamamos de mãe terra. Antigamente o carrasco era ruim demais, a nossa sobrevivência era com venda de lenha, quebrando pedra para fazer alicerce de casa, extraindo barro para vender ou tirando imbirá (corda) a base de croá (planta espinhosa endêmica da caatinga, também chamado de caroá.)” (P.FBS, 2025)

Contaram que o plantio acontecia somente no período do inverno, de janeiro a maio, com recorrentes perdas parcial ou total da produção, em decorrência da irregularidade das chuvas ou dos anos de seca.

“Antigamente a gente só esperava pelo inverno, no ano que era bom, dava muito legume. As coisas começaram a melhorar quando começaram a descobrir que dava pra pegar empréstimo no banco pra cavar um poço.” (P. MDM, 2025)

Depois de um tempo começaram a plantar horta no carrasco, a gente não sabia nem o que era tomate. Com as hortas gerou até emprego pros moradores.” (P. MCS 2025)

Há nos relatos o consenso de que o Carrasco, enquanto região, é um local com deficiência hídrica, e que esse é o principal fator que limita a produção de alimentos e a garantia da vida de sua população.

“Fui a primeira a se mudar pra cá, nem casa direito a gente não tinha. Ouvia falar daqui como um carrasco seco, sem água. Nós saía 5h da manhã pra tirar imbirá de croá, levava os menino tudo pequeno, só voltava no fim da tarde. Uma vez um dos meninos passou mal na roça, eu tenho certeza que era agonia de fome. Em casa não tinha nada pra comer, a salvação foi um pé de mandacaru que, por sorte, tava na época da fruta.” (P. MCJ, 2025)

“Tudo no mundo sobrevive se tiver água, sem água não dá nada, o mosquito que é o mais pequeno sobrevive se tiver água. A natureza é viva. A razão de chamar o carrasco de ruim é onde ele não tem água, tendo um poço, dá pra trabalhar e ter resultado. Pro carrasco ser terra boa pra viver, precisa de água, saúde e coragem para trabalhar. Hoje tudo que plantar dá no carrasco, assim tenha água e saúde e força pra trabalhar. Hoje o carrasco é uma terra boa, boa pra produzir e boa pra viver” (P. FFS, 2025)

A fragilidade presente na história remota do carrasco tem a ver com a falta de acesso a ações que atendessem suas especificidades, sobre isso, ressaltaram que houve um período na história em que as coisas mudaram. Para elas e eles, a mudança ocorreu quando os moradores começaram a acessar crédito e projetos em bancos e a serem beneficiados por programas governamentais como as tecnologias sociais de captação de água, muitos deles graças à luta insistente do povo local.

“Quem faz a fome do mundo, não é a terra. Quem faz a fome do mundo são os gananciosos, os que têm o poder. Alguém que cresce em cima da pobreza. Quem não reclama do erro, está contribuindo para que nunca ele acabe. É preciso a gente saber que Deus não criou o mundo pra ser tão desigual como ele é, pros pobres sofrerem. Muitas vezes a gente acredita que o pobre, por ser pobre, deve sofrer na vida, mas não é, Deus criou a gente pra lutar pela vida. A melhora que aconteceu no São João foi através de muita luta, muito sofrimento e muita peleja. Tudo através da associação, que foi a mola mestre que levantou essa comunidade” (P. FBS, 2025)

As mulheres tiveram papel fundamental na organização da comunidade, uma das ações relatadas era a produção de um suplemento alimentar chamado de multimistura⁴, feito a base de folhas, sementes e cascas torrados e triturados no pilão até formar uma farinha, para ser distribuído às famílias com crianças em situação de desnutrição (Pastoral da Criança, 2005).

⁴ Suplemento alimentar a base de sementes, folhas, farelos, frutas que formam uma farinha de alto valor nutritivo, baixo custo, bom paladar e de produção regionalizada. A multimistura foi difundida no Brasil pela Pastoral da Criança a partir de 1985. No sítio São João o suplemento é produzido pelas mulheres da comunidade (Pastoral da Criança, 2005).

“Antes tinha grupo dos jovens, grupo das mulheres e grupo dos agricultores que era misto. Numa roça coletiva das mulheres a gente chegou a tirar 502 kg de mandioca. Para lutar por essa terra não foi só os homens, as mulheres lutaram também.” (P. MDM, 2025)

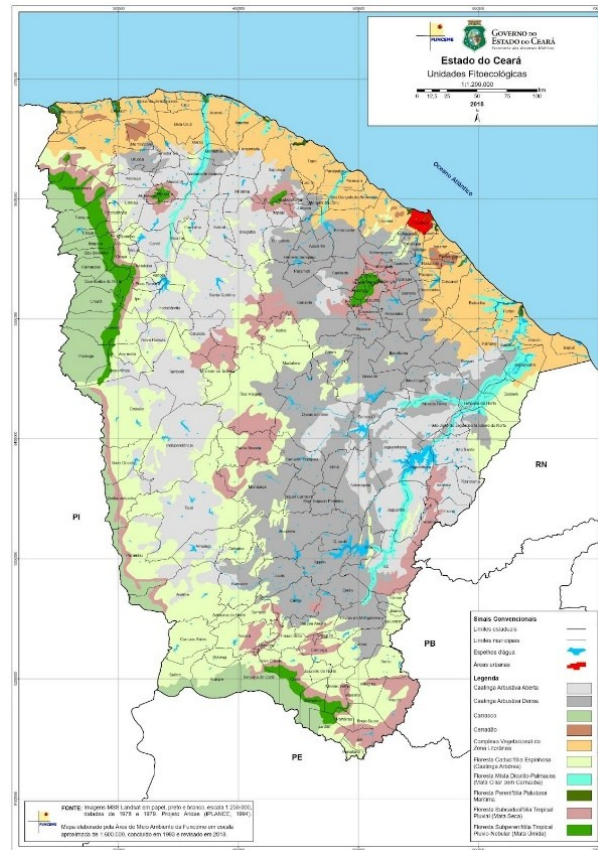
Pergunto novamente, ao final da conversa, o que é o carrasco e quais as diferenças entre o passado e o presente:

“O carrasco continua sendo o mesmo carrasco, uma terra seca, onde não gosta de chover, só que hoje nós têm uma diversidade de alimentos e condição de produzir, se tiver água. As coisas mudaram, antes, onde nós ia buscar água? onde ia bater roupa? Hoje a gente tem a cisterna, tem poço, tem água encanada. Ganhamos umas coisas e perdemos outras. O jeito de plantar mudou, não se cultiva mais mandioca, não fazem mais farinhada. Tinha o banco de sementes, plantavam em mutirão, hoje infelizmente a gente perdeu muito disso, e precisa resgatar.” (P. FMS, 2025)

O carrasco é um território de gente que no passado precisou lutar bravamente por uma vida digna para suas gerações e para as futuras. No presente, a ordem ainda é de luta pela vida digna. Os caminhos foram preparados pelos que vieram antes, e o chamado é para que, no presente, pessoas como eu, assumam o compromisso de lançar luz sobre esse território e construam caminhos possíveis para seu desenvolvimento sustentável e solidário.

Tomando como base os ensinamentos das mestras e mestres da comunidade, me propus a aprofundar na literatura os conceitos e estudos sobre o carrasco, presente na Chapada da Ibiapaba, na divisa do Ceará com o Piauí, e na Chapada do Araripe, fronteira com Pernambuco (Figura 4). Para minha surpresa, identifiquei que desde meados do século XX o carrasco tem sido objeto de diferentes interpretações que tentam entender exatamente o que ele é, não havendo ainda um consenso definido.

Figura 4 – Mapa fitoecológico do estado do Ceará



Fonte: FUNCEME. Fortaleza/CE (2018).

Nas décadas de 1970 e 1980 pesquisadores passaram a problematizar a vegetação arbustiva densa encontrada em áreas com alta altitude do nordeste. Andrade-Lima (1978) e Figueiredo (1986) observaram que o carrasco da Ibiapaba e do Araripe tinham características muito específicas: crescem em solos rasos, cheios de pedras e com poucos nutrientes, suas plantas possuem altura e formato únicos, e as espécies de plantas que vivem ali formam um grupo próprio. Para eles, o carrasco da Ibiapaba não poderia ser compreendido apenas como “um pedaço” da caatinga, do cerrado ou da floresta, eles defendiam que se tratava de um tipo vegetacional próprio, com personalidade e características que não se repetem em outros biomas.

De acordo com Figueiredo (1986), o carrasco é definido como uma vegetação arbustiva densa, ou seja, plantas de médio porte que crescem muito próximas umas das outras, com nítido caráter xerófilo, perfeitamente adaptada à escassez de água. Suas espécies sobrevivem bem em solos arenosos ou pedregosos e baixa disponibilidade hídrica. Um ponto central de sua análise é o que ele vai chamar de composição florística mista, quer dizer, o carrasco abriga plantas típicas da caatinga, do cerrado e, em menor escala, de áreas florestais, sem que haja predominância clara

de nenhum desses domínios. Com isso o autor defende que o carrasco não deve ser visto apenas como uma zona de transição comum, mas sim como uma formação vegetacional distinta e com identidade própria.

Nos anos seguintes, com o estudo de novos autores, essa interpretação passou a ser relativizada. Fernandes (1990) e Fernandes & Bezerra (1990), ao analisarem a vegetação da Chapada da Ibiapaba, propuseram que o carrasco poderia ser entendido como uma formação resultante da degradação parcial do cerradão, assumindo o aspecto de uma capoeira densa. Contudo, esses autores não estabeleceram uma explicação conclusiva sobre a origem dessa degradação. Permaneceram em aberto questões centrais, como se a transformação do cerradão em carrasco tivesse ocorrido por processos naturais ligados a mudanças climáticas ao longo do tempo, ou se estaria relacionada principalmente à intervenção da ação humana, como o uso intensivo do solo, o desmatamento e práticas agrícolas baseadas na queima.

Estudos posteriores passaram a tratar o carrasco da Ibiapaba de forma mais cautelosa, reconhecendo sua condição de vegetação de transição, sem necessariamente fixá-lo como um tipo independente ou reduzi-lo a uma forma degradada de outro domínio. Essa abordagem tem enfatizado o papel das condições edafoclimáticas específicas do planalto: solos rasos, elevada insolação, irregularidade das chuvas e limitações hídricas na conformação dessa vegetação.

Ao concentrar o olhar no carrasco da Ibiapaba, particularmente na porção cearense onde se insere o Sítio São João, observo que este lugar conceitualmente indefinido segundo a literatura, é, antes de tudo, espaço vivido, lugar de existência e coexistência entre sociedade e natureza. Assim, o carrasco não é apenas objeto de classificação, mas um território com alta complexidade ecológica continuamente ressignificado por seus moradores.

2.4 BACHARELADO EM AGROECOLOGIA: CONHECER E TRANSFORMAR OS ETNOAGROECOSSISTEMAS

O Bacharelado em Agroecologia é um curso da UFRPE que nasceu de um processo coletivo entre docentes, estudantes e movimentos sociais, visando garantir o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar, tendo como elo integrador de todo o curso: Conhecer e transformar os etnoagroecossistemas (UFRPE, 2023). A proposta pedagógica coloca o território como ponto de partida e de

chegada da construção do saber, provocando uma formação humanizada e voltada à transformação social.

O regime de alternância é o pilar que garante o enraizamento da formação na realidade social e territorial, integrando as vivências acadêmicas à realidade local, pois considera a realidade social como o ponto de partida e de chegada do processo educativo. A estruturação dessa pedagogia se dá em dois tempos complementares que articulam permanentemente a universidade e a sociedade: Vivência Universidade (VU), que é o período de imersão no campus para aprofundamento teórico-prático, diálogos acadêmicos e planejamento de ações. No geral, em cada semestre os discentes são matriculados em uma única disciplina que é ministrada por vários professores que compõem o coletivo docente do semestre. E Vivência Realidade Campo (VRC), vivenciado no território onde o estudante reside e/ou atua.

O território é transformado em uma unidade pedagógica de estudo, pesquisa e atuação, onde a cada VRC um conjunto de atividades é repassada e orientada pelo coletivo docente do semestre, se estendendo aos familiares, vizinhos ou outros sujeitos integrados nas pesquisas e estudos. Essa dinâmica promove a valorização da história, identidade e cultura local, provocando a inserção e incidência da estudante na vida coletiva e na realidade local em um processo contínuo de Ação-Reflexão-Ação.

Compõem o semestre uma imersão na realidade de um território, funcionando como um ponto de partida para o aprofundamento das temáticas que serão abordadas no período letivo. A imersão viabiliza o contato com diferentes realidades e experiências, conectando estudantes às mestras e mestres dos saberes que constroem ciência em seus territórios. A imersão também pode acontecer em encontros, congressos ou outros eventos ligados à universidade ou à movimentos sociais, a exemplo do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado em Juazeiro da Bahia/BA, em novembro de 2025, e o X Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas (SENASEC), realizado pelo Movimento Camponês Popular - MCP Pernambuco, em outubro de 2023. Realizamos 6 imersões nos territórios do estado de Pernambuco, desde a Zona da Mata, Agreste, Sertão, Recife e Região Metropolitana.

Ao final de cada semestre letivo é realizada a Semana de Culminância, onde é apresentada uma síntese reflexiva articulando todas as temáticas e conhecimentos construídos ao longo do período. Para as apresentações, feitas por cada turma e pelo

coletivo docente, são utilizadas múltiplas linguagens, como teatro, poesia, intervenção, instalação pedagógica, exposição de fotos ou vídeos. Assim os conteúdos são expressos de forma criativa, valorizando a cultura e a arte dos estudantes que já vivenciam essas técnicas e provocando a criatividade naquelas e naqueles com menor aproximação. A culminância é uma forma de verificação e avaliação da aprendizagem, junto com os relatórios das VRCs, seminários e outras metodologias usadas pelas professoras e professores.

Outra estratégia pedagógica é a organização da turma em grupos de autogestão, onde os discentes se organizam nos grupos de: Avaliação; Mística e Cultura; Cuidados e Infraestrutura e Sistematização, Comunicação e Registro. A proposta almeja o desenvolvimento da autonomia e cooperação e responsabilidade coletiva dos estudantes. Manter o funcionamento dos grupos é um desafio pois demanda a construção da percepção de corresponsabilidade e democratização das relações de poder e tomadas de decisão, de modo que todas as pessoas se vejam como sujeitos em formação e agentes de transformação social, rompendo com a lógica individualista e da não participação.

Imaginar um curso com esta proposta pedagógica é abrir uma porta para um público do campo e das periferias urbanas, historicamente excluídas do espaço acadêmico. O bacharelado em agroecologia incentiva e intensifica a relação com o território e valoriza o saber local como parte substancial do processo de aprendizagem.

2.5 DO PÉ DE SERIGUELA PARA A UFRPE - MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Quando soube do Bacharelado em Agroecologia, em 2019, a primeira turma estava prestes a entrar no curso, ao abrir a chamada seguinte, por incentivo de amigos e familiares, me inscrevi e ingressei em agosto de 2021, no período 2020.2, durante a pandemia da Covid-19. Neste período residia em Fortaleza/CE, em decorrência do trabalho na Cáritas Regional Ceará. A interação presencial, essencial para o diálogo de saberes, foi substituída pelo ambiente virtual, o que alterou a dinâmica de troca coletiva da turma. Da parte do coletivo docente houve um esforço hercúleo para garantir uma acolhida amorosa e entusiasmada através das telas e um ensino de qualidade, mesmo com as barreiras do mundo digital.

Com o fim do confinamento, em março de 2022, as aulas voltaram ao formato presencial. Concomitante a isso, me vi absorvida pelas demandas do trabalho que

também retornava ao presencial e passei a estar cada vez mais indisponível para o curso. Decidi que era preciso dar uma pausa, assim, não segui com minha turma de origem, mas tive a alegria de, posteriormente, conviver e atuar com alguns, retomando laços de amizade iniciado anteriormente. Retornei ao curso em novembro de 2022 na turma com quem hoje concluo essa travessia.

Foram 1.114 km percorridos desde o Sítio São João até a UFRPE, multiplicados por cada vinda para a universidade. Em abril de 2024 me mudei para Recife para me dedicar integralmente ao curso. Ingressei no Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes – Políticas Públicas (PET), do qual fui bolsista de maio de 2024 até a conclusão do curso. De junho a outubro de 2024 participei do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (BEXT), com o Projeto “Semear, colher e partilhar Alimentos, Vida e Sustentabilidade”, executado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP/UFRPE). Em seguida atuei no Programa de Iniciação Científica (PIBIC), de setembro de 2024 a agosto de 2025, no Projeto “Sistemas Agroalimentares, Mercados econômico-solidários e Sustentabilidade: tecendo redes para uma Extensão Inovadora”, também executado pela Incubadora.

Nos dois projetos e no PET a atuação ocorreu na Ecofeira da Rural, que além do aspecto de comercialização se propõe a ser um espaço de troca de saberes por meio de rodas de diálogo, fortalecimento de vínculos, formação político pedagógica, socialização e respeito à diversidade abrangendo feirantes, consumidores e toda a comunidade externa e acadêmica que frequenta o espaço. Se firmando como um território de aprendizagem e construção de conhecimentos agroecológicos dentro da universidade. Dentre as atividades realizadas como bolsista está a participação em diagnósticos e acompanhamento dos grupos participantes, apoio na formação, organização e gestão das atividades da feira; atividades de extensão relacionadas à promoção da cooperação, do desenvolvimento sustentável e da integração entre universidade e sociedade; articulação para intercâmbios; elaboração de campanhas de comunicação e produção de conteúdo para mídias digitais; organização e apoio à rodas de diálogo; participação e submissão de trabalhos em eventos científicos e integração nas demais ações do PET e Incubadora.

Em setembro de 2025 ingressei como bolsista de graduação no Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos de Reforma Agrária e Fortalecimento da Agenda 2030 (Pro-Semeia). O programa está em sua segunda etapa e é uma realização do Ministério do Desenvolvimento Agrário

e Agricultura Familiar (MDA), INCRA, e Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo como proponente a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RVTE). São 19 Coordenações Regionais formadas por Universidades e Institutos Federais, em 13 unidades da federação.

Em Pernambuco o programa está vinculado ao Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e atende 9 assentamentos e 1 comunidade quilombola em processo de reconhecimento. A equipe conta com docentes, profissionais recém-formados, estudantes do bacharelado em agroecologia e jovens das comunidades que atuam como Agentes Locais de Formação (ALFs). A abordagem transdisciplinar e participativa efetiva o acesso a direitos e realiza práticas agroecológicas colocando como protagonistas os próprios sujeitos das localidades, sobretudo mulheres e jovens.

A vivência do ESO II se deu no Pro-SEMEIA, onde participei de processos formativos sobre políticas de crédito e ferramentas metodológicas do INCRA, planejamento de atividades com os Projetos de Assentamento Dom Hélder Câmara e Natal/Belo Horizonte, ambos no município de Aliança, Zona da Mata Norte do estado. Ainda de mutirões de emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e escrita de projetos para acesso aos créditos de instalação, que são linhas de financiamento garantidas pelo Incra às famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

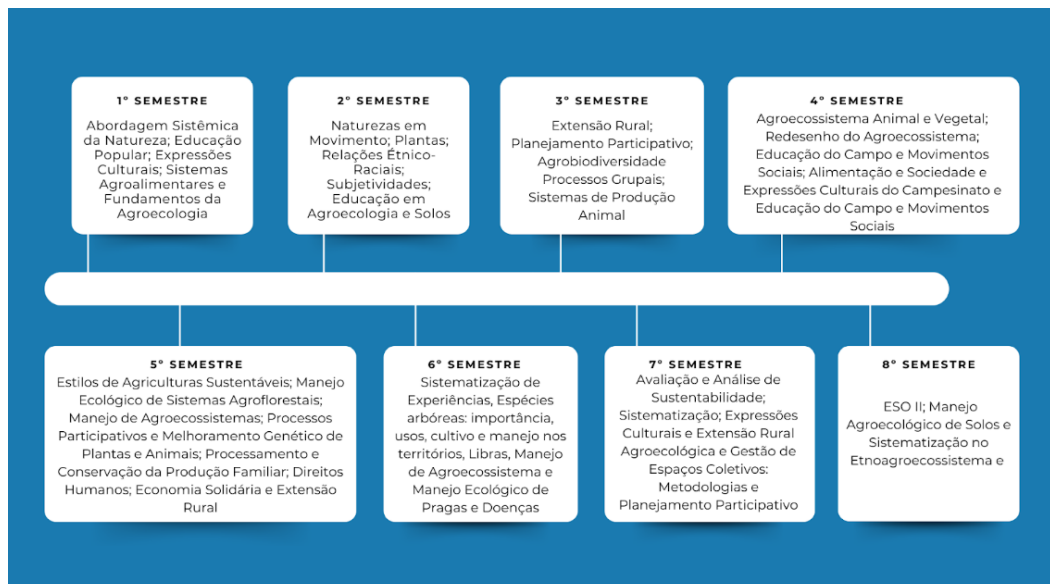
Destaco outra experiência formulada espontaneamente pelos companheiros de turma João Durval, Matheus Cavalcante, Micael Vínicus e eu, durante o 6º período do curso, quando estávamos responsáveis pelo grupo de autogestão de Sistematização, Comunicação e Registro. A amizade e a valorização comum pela arte radiofônica associada à necessidade de elaborar uma forma criativa de sintetizar os conteúdos estudados no semestre, nos levou a criar o projeto intitulado: “Rádio Roçado Sonoro: semeando policultivos no roçado do seu coração”. De forma despretensiosa experimentamos essa ferramenta de comunicação que além de democrática e acessível, é parte de nossa memória afetiva. Foram dois episódios do programa “Budejo Agroecológico” gravados de forma artesanal e publicados na plataforma SoundCloud (SOUNDCLOUD, 2025), os incontáveis episódios sonhados, mas não concretizados, estão guardados em uma gaveta de nossos corações.

2.6 TEMÁTICAS ESTUDADAS, CAMINHO DE APRENDIZADOS

A construção das temáticas estudadas durante o curso contempla as diferentes dimensões da Agroecologia: ecológica-produtiva, educativa, socioeconômica, política, cultural e artística, garantindo a perspectiva holística e sistêmica em todo o processo formativo (UFRPE, 2023).

Os temas estão direcionados a partir da estruturação do curso em eixos condutores com objetivos metodológicos específicos. O Eixo I corresponde ao 1º e 2º semestre, voltado para o conhecimento do etnoagroecossistema, nele é analisado a relação entre agroecologia, campesinato e educação popular a partir de seus fundamentos e conexões, desenvolvido o diagnóstico do território e analisado com criticidade a realidade histórica e social território. No segundo ano de curso, o 3º e 4º semestres correspondem ao EIXO II: planejamento das ações no etnoagroecossistema com base no diagnóstico feito no eixo anterior. O Eixo III ocorre no 5º e 6º semestre e trata do agir no etnoagroecossistema, focando na atuação direta no território estudado buscando torná-lo mais sustentável. Por fim, no quarto ano de curso, o 7º e 8º semestres são destinados ao Eixo IV, que visa a avaliação do caminho percorrido, sistematização de toda a experiência vivida e ação no etnoagroecossistema. Os semestres finais contam ainda com dois Estágios Supervisionados Obrigatórios (ESO I e II), e três disciplinas optativas. Apresento a seguir os temas estudados em cada semestre (Figura 5), e alguns aprendizados desse caminho.

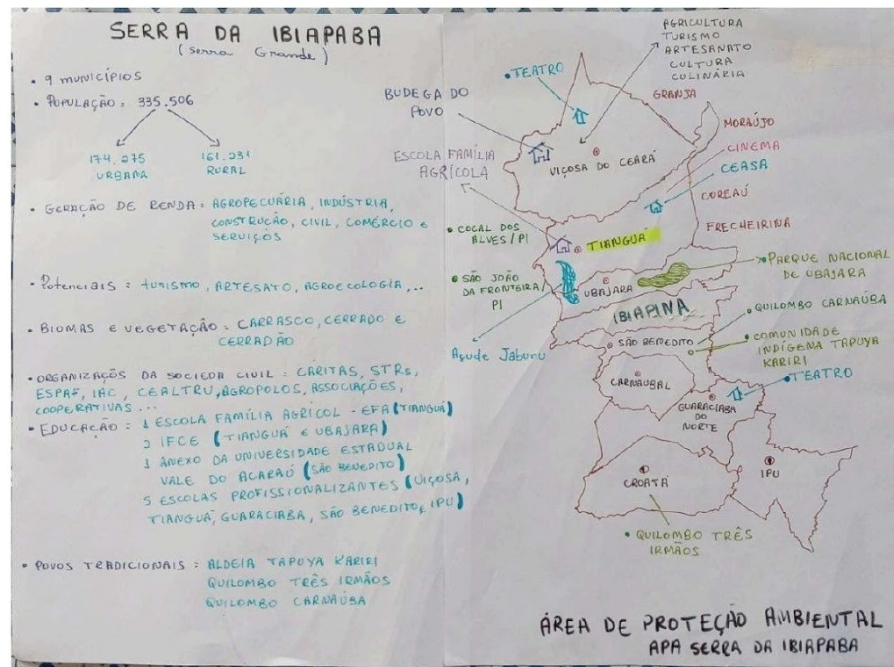
Figura 5 - Temas estudados por semestre no Bacharelado em Agroecologia



Fonte: Autora. Recife/PE (2026).

Destaco agora alguns aprendizados construídos ao longo do curso a partir de leituras e das pesquisas desenvolvidas em meu território. Começo com a elaboração do mapa do território (Figura 6), feita no início do curso, ponto de partida para o aprofundamento do olhar subjetivo para o meu espaço de vida.

Figura 6 - Mapa do território da Ibiapaba



Fonte: Autora. Sítio São João, Tianguá/CE (2024).

Estudando sobre o que é agroecologia, aprendi que se trata de um novo paradigma científico em construção (GOMES, 2005), fundamentada em múltiplas dimensões, como ambiental, social, política, cultural e econômica. Para a agroecologia, a agrobiodiversidade é um elemento estratégico para tornar os agroecossistemas mais sustentáveis, sua dimensão ecológica e genética é essencial para o equilíbrio do sistema produtivo (AGUIAR, 2023). Já o modelo agroexportador dominante é insustentável e incapaz de produzir comida suficiente para a população global a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível (GLIESSMANN, 2001). Em uma das atividades de VRC, pesquisei sobre o sistema agroalimentar na comunidade São João, onde identifiquei a presença predominante do modelo convencional e poucas experiências de produção familiar de base agroecológica que buscavam resistir à dependência do mercado externo, valorizando

o conhecimento tradicional através do cultivo diversificado vegetal e animal (SÁ; LOPES, 2021).

Em outra atividade proposta pelo curso, realizei com minha família o levantamento das espécies da agrobiodiversidade em nosso etnoagroecossistema. O inventário apontou a existência de 27 espécies frutíferas, raízes, tubérculos ou culturas anuais; 12 medicinais; 6 variedades forrageiras; 16 espécies arbóreas nativas ou exóticas, além de 8 espécies animais. Mais que uma lista de espécies, o inventário revela que há uma interação complexa entre cultura humana e natureza que assegura a resiliência do sistema agrícola e a autonomia de quem produz.

Junto ao inventário, desenvolvi um diagnóstico participativo estruturado em quatro etapas para a caracterização do agroecossistema familiar. Com a participação de integrantes da família, resgatamos memórias do início do agroecossistema para confeccionar um mapa do passado e outro com a distribuição atual dos elementos na propriedade (Figura 7). Durante a discussão sobre as transformações desejadas a curto, médio e longo prazo, surgiram divergências significativas, optamos então por não fazer o mapa do futuro naquele momento, entendendo que o sonho coletivo precisava de mais tempo para amadurecer. Como educadora e pesquisadora inserida no objeto de estudo, essa experiência me permitiu refletir sobre os desafios metodológicos e éticos de mediar conflitos internos em busca da autonomia do agroecossistema.

Figura 7 - Mapas do passado e do presente do etnoagroecossistema familiar



Fonte: Autora. Sítio São João, Tianguá/CE (2023).

Por meio de uma trilha socioecológica fiz a análise comparativa de uma área de floresta preservada, uma horta convencional e o quintal produtivo familiar. A atividade foi feita com a participação de membros da família e revelou que, enquanto a agricultura moderna deteriora as condições de sua própria existência ao depender de insumos externos, a natureza se autossustenta através da sucessão natural, o quintal produtivo por sua vez, foi visto como um sistema em recuperação que, com a adoção do manejo agroecológico, buscamos atingir o nível de sustentabilidade e resiliência observado na floresta. O diagnóstico culminou no planejamento sistemático de longo prazo e implantação prática de um sistema agroflorestal (Figura 8).

Figura 8 - Atividades no agroecossistema de Monaiane



Fonte: Autora. Sítio São João, Tianguá/CE (2024).

Criar animais é uma ação ancestral nos etnoagroecossistemas. Essa afirmação aprendi com o querido professor Felipe Jalfim, que enfatizou em suas aulas que este componente é fundamental pois desempenha funções ecológicas e de manejo no sistema, portanto, é imprescindível que haja o respeito às características e necessidades próprias do animal (JALFIM, 2023). Apesar de fazer parte da atividade agrícola de minha família, eu na condição de agricultora, tenho pouco conhecimento e participação na criação animal. Fui cativada nas aulas de Jalfim. Concluo este tópico compartilhando uma proposta dada por ele onde sistematizei no formato de carta, uma pesquisa sobre o porquinho-da-índia, espécie criada por meu irmão para alimentação familiar. De forma lúdica e educativa assumi o lugar do animal e escrevi a carta

destinada ao professor, relatando o modo de vida, características fisiológicas e comportamentais “de minha espécie”. Relendo a carta, vejo o quanto a metodologia foi importante e pedagógica para meu aprendizado e o quanto a criatividade ousada de nossos educadores revela o potencial transformador da educação com amorosidade.

2.7 COLHEITA DOS TEMAS APROFUNDADOS

Ao revisitar minha trajetória acadêmica e as experiências vividas ao longo da vida, percebi que alguns temas se destacaram como fios condutores de minha compreensão sobre o campo, o território e os sujeitos que o constroem cotidianamente. Esses temas não emergem apenas dos conteúdos estudados, mas sobretudo das vivências que atravessam minha história, minha família e a realidade do lugar onde vivo, marcado por desafios, resistências e pela permanente luta pela dignidade no campo. Neste sentido, a Extensão Rural e a Soberania e Segurança e Sistemas Agroalimentares revelaram-se centrais para compreender as disputas em torno dos modelos de desenvolvimento rural e das formas de produzir conhecimento. Ambos os temas dialogam diretamente com a perspectiva da Agroecologia e da Educação Popular, ao questionarem práticas historicamente impositivas e apontarem para caminhos baseados no diálogo de saberes, na autonomia dos sujeitos e na construção coletiva de alternativas sustentáveis.

A escolha dessas temáticas representa, portanto, uma forma de refletir criticamente sobre minha formação acadêmica e política, reconhecendo como os aprendizados construídos no curso se entrelaçam com a realidade concreta do território e com o projeto de sociedade que desejo fortalecer. Nos subtópicos a seguir, busco aprofundar essas reflexões, articulando fundamentos teóricos, processos históricos e vivências pessoais que contribuíram para consolidar minha compreensão sobre o papel da Extensão Rural Agroecológica e da Soberania Alimentar na promoção de um desenvolvimento solidário e sustentável.

2.7.1 Extensão Rural

2.7.1.1 *Problematização e conceitos fundamentais e perspectiva histórica*

Parto de uma questão que para mim é central em meus questionamentos sobre o tema, ao mesmo tempo, a pergunta se volta para mim enquanto extensionista

em (trans) formação: como a práxis da Extensão Rural Agroecológica pode, ao fundamentar-se num processo dialógico, promover o desenvolvimento solidário e sustentável dos territórios através da promoção da autonomia e do protagonismo dos sujeitos do campo? Para tentar responder recorro a problematização da origem semântica do termo "extensão", que significa a ação de estender um conhecimento ou técnica a alguém, estabelecendo uma relação de sujeito e objeto, onde o técnico é o sujeito ativo que deposita conhecimento em um camponês, reduzindo-o a objeto passivo (FREIRE, 1983).

A trajetória da extensão rural no Brasil não foi linear, mas marcada por interrupções e profundas disputas ideológicas que refletiam os interesses políticos e econômicos das classes dominantes ou as conquistas dos movimentos sociais. Sob influência do modelo norte-americano, no Brasil a extensão rural via o espaço rural como um lugar de atraso que precisava ser superado pela mudança de mentalidade e hábitos (BRACAGIOLI, 2023). Com o golpe de 1964, a extensão rural se tornou o braço operante da Revolução Verde que focava na potencialização da produtividade a qualquer custo, com base em pacotes tecnológicos de insumos químicos, mecanização e melhoramento de sementes. A extensão se tornou uma ferramenta de invasão cultural, onde o saber científico era imposto e o conhecimento camponês era visto como uma ignorância a ser suprimida.

O modelo do difusionismo produtivista (1963 a 1984), contribuiu amplamente para a consolidação da Revolução Verde no Brasil a partir da institucionalização da extensão rural como estatal, moldando o perfil dos profissionais das ciências agrárias para a garantia do projeto de modernização do campo (Gollo; Medeiros; Oliveira, 2023). O modelo atingiu recordes de produção ao passo que gerou um profundo processo de exclusão social, aliado ao deslocamento em massa de populações rurais, sobretudo do nordeste brasileiro, e ao comprometimento dos recursos naturais. Além disso, estabeleceu um modo de agir e pensar tão enraizado que ainda hoje dificulta a aceitação de metodologias que promovam a transição agroecológica.

2.7.1.2 O Novo Marco Legal: PNATER e PRONATER

A Lei nº 12.188/2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), define a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um serviço de educação não formal, de caráter continuado, focado na promoção de processos de gestão, produção e comercialização no meio rural (BRASIL, 2010). Está baseada no desenvolvimento rural sustentável, na gratuidade e qualidade dos

serviços e na adoção de uma metodologia participativa com enfoque multidisciplinar e intercultural. Além disso, estabelece os princípios da Agroecologia como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas sustentáveis e a promoção da soberania alimentar. O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), é a principal ferramenta da política, e tem como público prioritário agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais (BRASIL, 2010).

A PNATER foi resultado de um processo amplo de consulta e escuta participativa com início em 2003, envolvendo entidades, representantes de movimentos sociais, agricultores familiares e outros sujeitos. O processo resultou em uma política voltada para o desenvolvimento rural sustentável centrada no fortalecimento da agricultura familiar, extinguindo a visão reducionista e adotando uma visão sistêmica da complexidade dos agroecossistemas (Caporal, 2025). Com isso, o autor reafirma a necessidade de uma mudança nas instituições de ensino e pesquisa, adotando novos formatos pedagógicos que transformem o aprendido em apreendido, e sendo capaz de reinventá-los em sua realidade concreta.

2.7.1.3 *Pro-SEMEIA: uma práxis dialógica*

O Pro-SEMEIA é um exemplo concreto dessa mudança de paradigma, pois rompe com o modelo difusionista convencional e adota uma práxis dialógica, participativa e emancipatória ao conectar universidades, comunidades rurais e movimentos sociais na promoção da sustentabilidade, segurança alimentar e inclusão social no campo, concretizando ainda a curricularização da extensão universitária. Em Pernambuco, o programa estabelece uma aliança com movimentos sociais, entrelaçando o conhecimento acadêmico com os saberes dos povos tradicionais. Seu formato diverso e com equipe multidisciplinar desenvolveu uma metodologia que abrange as particularidades de cada território, adequando suas estratégias às diferenças culturais, socioeconômicas e ambientais.

O programa utiliza de forma integrada a pesquisa participativa, extensão democrática e educação libertadora, fazendo florescer a justiça social e potencializando seu impacto onde quer que se instale. Os ALFs assumem aqui um papel crucial como mediadores entre as universidades e as comunidades, com apoio de coordenadores regionais, tutores e estagiários. A atuação dos jovens no programa os coloca como referências locais para a resolução de demandas históricas de seus

assentamentos, formando assim novas lideranças comprometidas com seus territórios, além de incentivar a permanência no território, combatendo o êxodo rural através do fortalecimento da sucessão familiar (Silva et al., 2025). No Pro-SEMEIA entendi que a extensão rural se efetiva no olhar minucioso para as múltiplas características e necessidades do território, potencializando a Reforma Agrária.

Ao fundamentar-se na comunicação dialógica, a práxis da Extensão Rural Agroecológica promove o desenvolvimento sustentável, pois valoriza e integra o conhecimento tradicional ao científico para construir sistemas de produção sustentáveis, integrando as dimensões econômica, social, ambiental, cultural, política e ética. O uso de ferramentas participativas e processos grupais permitem que a leitura da realidade seja feita de forma coletiva, respeitando a história local e a autonomia de seus sujeitos.

2.7.2 Soberania e Segurança Alimentar e Sistemas Agroalimentares

A Soberania Alimentar constitui o segundo pilar desta reflexão, compreendida como o direito inalienável de nós, cidadãs e cidadãos, definirmos nossas próprias políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos (ROSSET, 2003). O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, conceitua a Segurança Alimentar como a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e baseada em práticas saudáveis, respeitando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, econômica e social. O conceito não se limita à caloria, mas à nutrição e dignidade humana (BRASIL, 2006).

Ao falar de Sistema Agroalimentar nos referimos a totalidade dos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, integrando práticas tecnológicas e dinâmicas políticas que visam a soberania alimentar e o desenvolvimento econômico local (ROSSET, 2014). Há uma relação direta entre ambos os temas, sendo os sistemas agroalimentares pilares da segurança e soberania alimentar, uma vez que os sistemas sustentáveis e resilientes garantem alimentos saudáveis, acessíveis e seguros para todos, enquanto modelos ineficientes geram desnutrição e insegurança alimentar.

No território onde nasci e cresci, o alimento sempre esteve associado à sobrevivência, à partilha, ao cuidado e à dignidade. Antes mesmo da formação acadêmica, produzir comida nunca foi apenas um ato técnico para minha família, mas uma prática atravessada por valores éticos, relações comunitárias e vínculos afetivos

com a terra. O curso não me apresentou a agroecologia como algo novo, mas sim, potencializou, organizou e deu linguagem científica e política a saberes que sempre estiveram presentes no cotidiano da agricultura familiar.

A formação acadêmica possibilitou reconhecer que práticas transmitidas entre gerações, muitas vezes desvalorizadas pelo discurso hegemônico da agricultura industrial constituem a base de sistemas agroalimentares mais saudáveis, resilientes e socialmente enraizados. Como define Gliessman (2009), o agroecossistema é um local de produção agrícola compreendido como um ecossistema funcional, formado por relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente. Essa definição dialoga diretamente com a realidade vivida nos territórios da agricultura familiar, onde a diversidade e a integração sempre foram estratégias de permanência e cuidado com a vida.

2.7.2.1 *Contexto Histórico*

A história da agricultura é, em grande medida, a história do aperfeiçoamento da integração entre lavouras e criações. Por milênios, essa articulação permitiu o uso sustentável da terra: os cultivos alimentavam os animais, enquanto o esterco devolvia fertilidade ao solo, garantindo a continuidade da produção e a reprodução social das famílias agricultoras. Esses sistemas integrados sustentaram populações crescentes sem romper os limites ecológicos dos territórios.

Entretanto, em meados do século XX, a Revolução Verde provocou uma ruptura profunda nessa trajetória. Ao promover sistemas altamente especializados, dependentes de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes comerciais, esse modelo desarticulou a ecologia interna das propriedades rurais e rompeu os vínculos entre produção, território e cultura alimentar. A agricultura passou a operar segundo uma lógica industrial, linear e dependente de insumos externos, transformando o alimento em mercadoria padronizada.

Esse processo deu origem ao que Schmitt (2011) denomina “comida de nenhum lugar”: alimentos produzidos por sujeitos desconhecidos, em territórios distantes, transportados por longas cadeias logísticas e desconectados das realidades ecológicas e culturais de quem consome. Na crise estrutural do sistema agroalimentar, a fome não é um fenômeno natural, mas uma “expressão biológica do subdesenvolvimento”, resultado direto da má gestão política, da concentração fundiária e da priorização da monocultura de exportação em detrimento da produção de alimentos para o povo (CASTRO, 1946).

2.7.2.2 *Diversidade Produtiva e Saúde dos Corpos*

Um elemento central na construção de sistemas agroalimentares saudáveis é a diversidade produtiva. Diferente do monocultivo, que simplifica os agroecossistemas e empobrece os solos, a agrobiodiversidade promove estabilidade ecológica e segurança nutricional. O regime agroindustrial, ao concentrar-se em poucas *commodities* ricas em carboidratos, contribui para o fenômeno conhecido como “fome de micronutrientes”, caracterizada pela carência de vitaminas e minerais essenciais, especialmente entre crianças e mulheres.

Nos quintais produtivos de minha família, no Sítio São João, a diversidade de frutíferas, raízes, hortaliças e espécies animais garantiu uma alimentação rica e equilibrada. Essas práticas nunca foram percebidas como estratégia teórica, mas como resposta concreta às necessidades da vida. A formação em agroecologia permitiu compreender que esse modo de produzir alimento é, também, uma forma de promover saúde coletiva, articulando nutrição, cultura alimentar e conservação ambiental.

A agroecologia reconhece que a saúde dos alimentos começa na saúde do solo. Um agroecossistema vivo, com matéria orgânica, diversidade biológica e respeito aos ciclos naturais, rompe com a lógica industrial que trata o solo como suporte inerte e o alimento como mercadoria desprovida de história. A integração animal-vegetal, por sua vez, funciona como uma “poupança viva” para a família agricultora: os animais geram serviços ecológicos e insumos fundamentais, fechando ciclos de nutrientes e reduzindo a dependência de insumos externos.

2.7.2.3 *Autonomia, Território e Circuitos Curtos de Comercialização*

Os agroecossistemas agroecológicos fortalecem a autonomia das famílias agricultoras ao ampliarem sua capacidade de decisão sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir. O manejo de sementes crioulas, o uso de recursos locais e o conhecimento acumulado sobre o território reduzem a dependência do mercado de insumos e reforçam a soberania produtiva das famílias.

Essa autonomia é parcialmente sustentada por políticas públicas estruturantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696/2003. O programa conecta a produção da agricultura familiar ao consumo institucional, estimulando a policultura, valorizando alimentos regionais e fortalecendo os circuitos locais de abastecimento. Ao garantir mercado para a produção

diversificada, o PAA contribui diretamente para a soberania alimentar e para a permanência digna das famílias no campo.

Os circuitos curtos de comercialização, como feiras da agricultura familiar e agroecológicas, também desempenham papel central nesse processo. Esses espaços aproximam produtores e consumidores, transformando o ato de comprar comida em uma relação de confiança, reconhecimento e troca de saberes. Em minha atuação na Ecofeira da Rural, pude vivenciar como esses espaços são territórios educativos, onde o alimento deixa de ser apenas um produto e passa a carregar histórias, afetos e identidade territorial.

2.7.2.4 *O Ato de Comer como Práxis de Emancipação*

A agroecologia oferece uma ética de cuidado com a vida, reconhecendo que não é possível produzir comida saudável em territórios adoecidos social e ambientalmente. Ao longo da formação, aprofundi a compreensão de que a alimentação transborda a biologia e se insere no campo das disputas políticas, culturais e territoriais. Essa percepção, no entanto, nasce no território e na experiência concreta da agricultura familiar. A formação acadêmica atuou como espaço de elaboração crítica e fortalecimento dessa consciência.

Nesse sentido, a alimentação pode ser compreendida como o que Anthony Giddens denomina “política-vida”: um ativismo cotidiano em que escolhas individuais expressam projetos coletivos de sociedade. A antropologia reforça essa leitura ao distinguir o “alimento”, enquanto substância nutritiva, da “comida”, entendida como elemento de identidade, pertencimento e memória social (DA MATTA, 1986).

Hoje, compreendo que fortalecer agroecossistemas agroecológicos é fortalecer a soberania alimentar, a justiça social e a dignidade dos povos do campo. Os agroecossistemas não produzem apenas alimentos; produzem sentidos, relações e futuros possíveis. Situo, assim, minha compreensão da agroecologia como ciência, prática e movimento comprometido com a vida em sua integralidade, assegurando que o Sítio São João e tantos outros territórios da agricultura familiar sigam semeando saúde, autonomia e soberania em cada prato.

3 CONCLUSÃO - DA UFRPE PARA O PÉ DE SERIGUELA: PARTIR, VOLTAR E REPARTIR

Ao concluir o Bacharelado em Agroecologia, me reafirmo como educadora, pesquisadora e praticante da agroecologia, consolidando uma reconexão com minha

identidade camponesa e de agricultura familiar. Minha trajetória acadêmica permitiu superar a visão fragmentada da ciência tradicional, integrando harmoniosamente a sabedoria ancestral às bases teóricas acadêmicas através de um contínuo diálogo de saberes onde fui, simultaneamente, aprendente e ensinante. Estendo essa compreensão aos meus familiares que estiveram envolvidos com as reflexões e aprendizados durante todo o curso, partícipes da construção do conhecimento, e, da mesma forma, aprendentes e ensinantes dos saberes agroecológicos.

Dentre as principais aprendizagens para minha experiência educacional, destaco a compreensão da extensão rural agroecológica como uma práxis dialógica, participativa e emancipatória, que rompe com o modelo difusionista para promover a autonomia dos sujeitos do campo. Aprofundei conhecimentos fundamentais sobre soberania e segurança alimentar, entendendo-a como um direito inalienável, e percebendo que os sistemas de produção determinam o acesso ao alimento e o controle sobre ele. Além disso, a vivência em projetos como o Pro-SEMEIA, o PET e a Ecofeira da Rural qualificou minha capacidade técnica em manejo de agroecossistemas, planejamento participativo e comunicação popular.

Meus planos para o futuro centram-se no retorno ao meu território de origem, o carrasco, no Sítio São João. Pretendo atuar diretamente no redesenho do agroecossistema familiar, conectando tecnologias sociais e fortalecendo a agrobiodiversidade para garantir a segurança e soberania alimentar da minha família. Para além da unidade familiar, assumo o compromisso ético e político de contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário do território e de sistemas de produção e consumo que respeitem a cultura e a agrobiodiversidade local, atuando na defesa dos direitos da comunidade e aplicando os conhecimentos acadêmicos para que o campo siga semeando saúde e autonomia.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria Virginia de Almeida. **Estudando a agrobiodiversidade cultivada entre agricultores em Pernambuco sob o olhar da agroecologia – o caso do amendoim**. [S. l.]: Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, 2023.
- ANDRADE-LIMA, D. de. Vegetação. In: LINS, R. C. (ed.). **Bacia do Parnaíba: aspectos fisiográficos**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. p. 131-135. (Série estudos e pesquisas, 9).
- BRACAGIOLI NETO, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia (org.). **Extensão Rural: trajetórias e desafios**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.
- BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2010.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Especial INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980**. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11.606, 12 jun. 1980.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília, 14 de agosto de 2005.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FERNANDES, A. **Temas fitogeográficos**. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1990.
- FERNANDES, A.; BEZERRA, P. **Estudo fitogeográfico do Brasil**. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1990.
- FIGUEIREDO, M. A. Vegetação. In: **Atlas do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1986. p. 24-25.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira; prefácio de Jacques Chonchol. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 71-99.

GOLLO, Alexandre M. L.; MEDEIROS, Jenifer C.; OLIVEIRA, Marcelo L. Romarco de. Políticas públicas de extensão rural: das origens do difusionismo à PNATER. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia (org.). **Extensão Rural: trajetórias e desafios**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 137-172.

JALFIM, Felipe. **O componente animal nos agroecossistemas: texto didático**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Departamento de Educação, jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

RÁDIO ROÇADO SONORO. Plataforma SoundCloud. 2025. Disponível em: <https://soundcloud.com/radio-rocado-sonoro>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ROSSET, Peter. **Soberania alimentar: reclamação mundial do movimento campesino**. Oakland: Institute for Food and Development Policy (Food First), 2003.
ROSSET, Peter; MARTÍNEZ, María Elena. Soberania alimentaria: reclamo mundial del movimiento campesino. **Ecofronteras**, v. 18, n. 51, p. 8-11, 2014.

SÁ, Monaiane; LOPES, Uézila. **Sistemas Agroalimentares - Comunidade Sítio São João: Tianguá/CE**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco (Bacharelado em Agroecologia Campesinato e Educação Popular), 2021.

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 10–15, 2011.

SILVA, Flávio Castro da (Org.) et al. **Programa Nacional de Formação em ATER para assentamentos de reforma agrária e contribuições para a Agenda 2030**. 2. ed. Goiânia: CEGRAF UFG, 2025.

PASTORAL DA CRIANÇA. DICAS: **Multimistura de Alimentos, resgate do conceito original: Quanto mais colorido for o prato de comida, melhor!** Curitiba, n. 29, jun. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Departamento de Educação / Unidade Dois Irmãos. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agroecologia**. Recife, PE: UFRPE, fevereiro de 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

**APÊNDICE A – Modelo de Termo de Consentimento para Uso de Imagem e
Participação no Trabalho de Conclusão de Curso**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E PARTICIPAÇÃO NO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Solicitamos a sua autorização para usar a imagem e informações de **Jorge da Silva Salvino** para compor o texto do trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Este Memorial é de responsabilidade da estudante **Monaiane Silva Sá**, com endereço eletrônico **monaianejovem@gmail.com** e telefone para contato **(88) 994387184**, sob orientação de Profa. Dra. Ana Paula Neves, com endereço eletrônico **paula.neves@ufrpe.br** e telefone para contato **(81) 9669-2997**

Em caso de dúvidas a respeito, entrar em contato com os/as responsáveis pelo trabalho.

Tianguá, 20 de janeiro de 2026

Jorge da Silva Salvino

Monaiane Silva Sá

APÊNDICE B – Modelo de Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Participação no Trabalho de Conclusão de Curso

Título do Estudo: **INSERIR TÍTULO**

Pesquisador Responsável: **Monaiane Silva Sá**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é coletar informações sobre o carrasco Ibiapabano e tem como justificativa a realização do memorial de conclusão do Bacharelado em Agroecologia.

Se o Sr. aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: participar de uma roda de conversa com duração de 2 horas.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são: não se aplica.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são resgatar a memória do período histórico de fundação da comunidade São João e aprender coletivamente sobre a região do carrasco.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o Sr. decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o Sr. não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr., o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o Sr. queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o Sr. tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Monaiane Silva Sá, pelo telefone (88) 994387184, endereço Sítio São João, Tianguá/CE, e/ou pelo e-mail **monaianejovem@gmail.com**, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do Sr. e a outra para a pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado:

_____ Nome do participante ou responsável _____ Assinatura do participante ou responsável	Data: ____/____/____
--	-------------------------

Eu, Monaiane Silva Sá, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: ____/____/____
--	-------------------------